

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31/12/2021 DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS - MPC

1. Contexto Operacional

O Ministério Público de Contas – MPC, regido pelos princípios institucionais de unidade, indivisibilidade e independência funcional e administrativa, tem atribuições de guarda da lei e fiscal de sua execução, com o fito de promover e fiscalizar o cumprimento e a guarda da Constituição e das leis, no que se refere à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial de competência do Tribunal de Contas, bem como a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, requerendo as medidas de interesse da justiça, da administração e do erário.

Compõe-se de um Procurador-Geral, um Procurador-Geral Adjunto e três Procuradores.

Administrativamente o MPC é representado por sua Procuradoria-Geral, inscrita no CNPJ sob o número 83.601.625/0001-36, sendo uma unidade dentro do orçamento do Poder Executivo, sob a designação: UG430001 – PGTC.

As atividades operacionais do MPC durante o exercício de 2021 estão amparadas pela Lei Estadual nº 18.055, de 29 de dezembro de 2020 (Lei Orçamentária Anual – LOA 2021).

As demonstrações contábeis deste Relatório Técnico foram elaboradas com base nos dados extraídos do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF).

As demonstrações são compostas por: Balanço Orçamentário (BO), Balanço Financeiro (BF), Balanço Patrimonial (BP), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e Notas Explicativas (NE).

2. Resumo das políticas contábeis significativas (base de preparação/elaboração)

As demonstrações contábeis representam um conjunto consolidado e sintetizado de informações econômicas, orçamentárias, financeiras e patrimoniais. Estão estruturados conforme as exigências da Lei Federal nº 4.320/64, observadas as alterações posteriores e as demais normas legais e regulamentares pertinentes em vigor, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, convergentes aos padrões internacionais de contabilidade, assim como também aos demonstrativos exigidos pela Instrução Normativa nº TC-20/2015 que adotou novos procedimentos para organização e apresentação da prestação de contas anual, relativas à remessa de dados, informações e demonstrativos por meio eletrônico.

Sendo assim, as demonstrações contábeis constantes neste Relatório Técnico foram elaboradas de acordo com as orientações da Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª edição. A última edição do Manual é aprovada pela Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) nº 1.131, de 4 de novembro de 2021, que observa os dispositivos legais que regulam o assunto, como a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Complementar Federal nº

101/2000 e, também, as disposições do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) relativa às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

2.1 - Resumo dos principais elementos

a) Disponibilidades

A disponibilidade é composta por caixa e equivalentes de caixa. O saldo de caixa refere-se aos recursos disponíveis em contas correntes bancárias. Os equivalentes de caixa são as aplicações financeiras de alta liquidez e os valores arrecadados, e não recolhidos aos cofres do Tesouro, os quais são contabilizados como arrecadação indireta. A PGTC não possui receita e todos os valores para a sua manutenção são repassados pelo Tesouro do Estado.

Para fins de elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), os valores da fonte de recursos extra-orçamentários (9.9.99) não integram o saldo de caixa e equivalentes de caixa, pois são recursos não utilizados para financiar os fluxos de atividades operacionais, de investimentos e de financiamento. Com relação ao Balanço Financeiro (BF), os valores da fonte de recursos extra-orçamentários (9.9.99) integram o saldo de caixa e equivalentes de caixa.

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original e atualizadas até a data do Balanço Patrimonial.

A PGTC, assim como todos os órgãos públicos do estado, possui uma conta arrecadação em que ocorrem os depósitos realizados. Ao final do dia os valores constantes nesta conta são repassados a conta única do estado. A PGTC não possui outras contas bancárias.

b) Imobilizado

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado, inicialmente, com base no valor de aquisição, produção ou construção. Em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor inicial é o resultante da avaliação feita com base em procedimento técnico ou no valor patrimonial definido nos termos da doação. No tocante ao registro contábil dos bens imóveis, a política de gestão e controle patrimonial é de centralização dos bens da administração direta na unidade gestora do Fundo Patrimonial. A PGTC faz parte do orçamento da administração direta do estado.

c) Intangível

O ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. Ele é mensurado ou avaliado, inicialmente, com base no valor de aquisição ou de produção, ou, ainda, pelo custo estimado de reposição na mensuração de softwares preexistentes. Em se tratando de ativos intangíveis obtidos a título gratuito, o valor inicial é o resultante da avaliação feita com base em procedimento técnico ou no valor patrimonial definido nos termos da doação. A PGTC possui o valor de R\$ 13.492,18 registrados em sua conta de Software.

A comissão de inventário de bens permanentes e de consumo, exigida no artigo 26 do Decreto 1.506/2021, apontou a existência de mais valores a serem incorporados no Intangível da PGTC.

As aquisições foram realizadas nos exercícios de 2012 e 2015, sendo contabilizadas até então como Serviços de Terceiros, os valores das notas fiscais

das aquisições de intangíveis foram incorporadas ao Balanço Patrimonial da PGTC, através de notas de lançamentos em fevereiro de 2022.

Com esses lançamentos a conta Software passará a ter um saldo de R\$47.703,58 em 2022.

d) Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável

De acordo com o Decreto Estadual nº 3.486, de 3 de setembro de 2010, todos os bens adquiridos anteriormente a 1º/1/2010, deveriam passar pelo procedimento de reavaliação ou redução a valor recuperável dos ativos. Procedeu-se, dessa forma, a um corte temporal. A PGTC cumpriu o estabelecido no decreto e seus bens móveis adquiridos anteriormente a 2010 foram reavaliados.

Foi estabelecido um cronograma de reavaliação/redução a valor recuperável para os bens registrados no patrimônio anteriormente a 1º/1/2010, assim como se garantiu a possibilidade de reconhecimento da perda de valor dos bens adquiridos e postos em operação após aquela data, considerando-se tratar-se de bens com valor objetivamente mensurados a partir da transação que levou a sua incorporação ao patrimônio do Estado. Nesse sentido, a solução adotada buscou atender à norma contábil aplicável à matéria, bem como mobilizar as estruturas envolvidas para a tarefa de avaliar adequadamente o patrimônio estatal.

A primeira avaliação do bem é registrada no Patrimônio Líquido e, da segunda em diante, diretamente em contas de resultado.

e) Depreciação, amortização e exaustão

A depreciação/amortização/exaustão de bens adquiridos e postos em operação até 31/12/2009 foi realizada de acordo com a vida útil definida no laudo de avaliação, conforme cronograma estabelecido na Instrução Normativa Conjunta SEA/SEF nº 001, de 12 de abril de 2011. A depreciação/amortização/exaustão de bens adquiridos e postos em operação a partir de 1º/1/2010 utiliza o método das cotas constantes e se dá de acordo com a tabela definida pela Secretaria de Estado da Administração, com base na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 162/1998.

A conta de depreciação de veículos da PGTC não está sendo movimentada, pois estava com saldo maior do que a conta de ativo - Veículos de Tração Mecânica. Isso ocorreu devido à reavaliação da conta veículos ocorrida em setembro de 2016 e que ocasionou uma inconsistência no relatório IPAT226 - Movimento Mensal Da Depreciação, conforme determinação da DCIF o valor foi ajustado e atualmente se encontra com o mesmo valor registrado nas contas contábeis.

A amortização dos intangíveis, quando couber, está sendo realizada pelo método da linha reta, tendo como referência o período de licença de uso ou vida útil estimada em laudo de avaliação próprio quando de softwares preexistentes.

f) Restos a Pagar

A execução de Restos a Pagar foi realizada de acordo com a legislação vigente, sendo que os Restos Processados, no valor de R\$111.815,72 (cento e onze mil oitocentos e quinze reais e setenta e dois centavos), foram pagos na integralidade. Dos Não Processados inscritos no valor de R\$ 15.347,62 (quinze mil trezentos e quarenta e sete reais e sessenta e dois centavos), foram pagos R\$4.103,72 (quatro mil cento e três reais e setenta e dois centavos), o saldo restante de R\$11.243,90 (onze mil duzentos e quarenta e três reais e noventa centavos) foi cancelado, conforme determina a legislação.

g) Contabilização das Retenções para Fins Orçamentários

Santa Catarina adota a política contábil de registro das retenções na conta “crédito empenhado liquidado pago” no momento da retenção. Ou seja, orçamentariamente, a parte da despesa relativa à retenção é considerada paga no momento em que se efetua a retenção, pois se considera que a obrigação com o credor da despesa foi totalmente quitada, restando uma obrigação com um terceiro. O MCASP faculta aos entes a política contábil para o registro orçamentário de suas retenções.

h) Registro da Receita Orçamentária

Santa Catarina adota como política contábil o registro centralizado da receita orçamentária da administração direta do Poder Executivo na unidade gestora que representa o “Tesouro do Estado”. Também têm registro de receita orçamentária os Poderes e órgãos autônomos, Fundos Especiais, as Autarquias, as Fundações e as Empresas Estatais Dependentes. Assim, não há o registro de receitas na PGTC.

i) Distinção entre Circulante e Não Circulante

A política contábil adotada evidencia como circulante os direitos e as obrigações com valores de realização em até 12 meses da data de levantamento destas demonstrações contábeis. Os ingressos extraorçamentários, tais como cauções e outras entradas compensatórias, são considerados como circulante, independentemente do prazo de devolução do recurso. A PGTC não possui pagamentos de precatórios.

j) Passivos sem Execução Orçamentária

Todas as obrigações, independentemente da execução orçamentária da despesa, devem ser reconhecidas pelas unidades gestoras estaduais em observância ao regime de competência, às NBCs TSP e ao art. 4º, §§ 1º e 2º, do Decreto nº 1.506/2021. Não houve na PGTC pagamento de despesa sem respaldo orçamentário.

3 – Informações de suporte e detalhamento

3.1 - Resultado Patrimonial

O resultado patrimonial da PGTC do período foi de R\$ 35.386,61 (trinta e cinco mil trezentos e oitenta e seis reais e sessenta e um centavos) e o do exercício de 2020 foi negativo em R\$ 103.729,57 (cento e três mil setecentos e vinte e nove reais e cinquenta e sete centavos).

Os riscos fiscais, tais como cíveis e trabalhistas são reconhecidos de acordo com a análise jurídica de cada ação e, dependendo da análise, poderão ser classificados como passivo contingente ou como passivo exigível. Na PGTC foi realizada a baixa na conta contábil – Passivos Contingentes (Riscos Fiscais), no valor de R\$ 208.233,44. O registro foi realizado em dezembro de 2021, conforme Processo SPGE nº029/2021- Informação GAB/PGE nº 9029/2021 e Portaria GAB/PGE 102/2021.

3.2 - Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário do período foi deficitário em R\$ 18.617.825,30 (dezoito milhões seiscentos e dezessete mil oitocentos e vinte e cinco reais e trinta centavos) e é obtido por meio da diferença entre a receita líquida arrecadada no período R\$ 0,00 (zero) e a despesa empenhada R\$ 18.617.825,30 (dezoito milhões seiscentos e dezessete mil oitocentos e vinte e cinco reais e trinta centavos). A PGTC não possui receita.

3.3 - Resultado Financeiro

O resultado financeiro evidenciado no Balanço Financeiro foi nulo, fruto da diferença entre os Ingressos R\$26.409.774,83 (vinte e seis milhões quatrocentos e nove mil setecentos e setenta e quatro reais e oitenta e três centavos) e os Dispêndios R\$26.409.774,83 (vinte e seis milhões quatrocentos e nove mil setecentos e setenta e quatro reais e oitenta e três centavos)

3.4 Demonstração das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais é composta pelas Variações Patrimoniais Aumentativas, que são todas as receitas e pelas Variações Patrimoniais Diminutivas que são todas as despesas do exercício, formando as Variações Patrimoniais Quantitativas.

O confronto entre Receitas e Despesas gera o Resultado Patrimonial do Período.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - VPA:

Como o próprio título já identifica, são todas as variações que aumentaram o patrimônio da entidade, que são as receitas e transferências recebidas e no exercício foram provenientes de:

- Transferências e Delegações Recebidas R\$ 21.409.801,27;
- Outras Variações Patrimoniais Aumentativas R\$ 2.491,67;

O Total das Variações Patrimoniais Aumentativas importaram em R\$ 21.412.292,94.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - VPD:

As Variações Patrimoniais Diminutivas se compõem de:

- Pessoal e Encargos R\$ 17.674.543,42
- Benefícios Previdenciários e Assistenciais R\$ 4.104,00
- Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo R\$ 11.800,28
- Transferências e Delegações Concedidas R\$ 2.878.051,50
- Outras Variações Patrimoniais Diminutivas R\$ 673.729,44
- O Total das Variações Patrimoniais Diminutivas importaram em R\$ 21.376.906,33.

O Resultado Patrimonial do Período, considerando o total da VPA menos o total da VPD, é positivo em R\$ 35.386,61.

3.5 Demonstração de Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é composta pelo fluxo de caixa das Atividades Operacionais, Atividades de Investimento e Atividades de Financiamento, que vai informar a geração líquida de caixa, que confrontado com o caixa inicial vai resultar no valor do Caixa e Equivalente de Caixa Final.

Complementa ainda a DFC o Quadro de Receitas Derivadas e Originárias, o Quadro de Transferências Correntes Recebidas e Concedidas, o Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função e o Quadro de Juros e encargos da Dívida.

O líquido do Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais importou no valor positivo de R\$ 10.839,00, decorrente dos ingressos serem maiores que os desembolsos nesta atividade.

O Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento importou no valor negativo de R\$ 10.839,00, decorrente dos ingressos serem inferiores aos desembolsos nesta atividade.

O Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento não apresentou movimentação.

A Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa foi nula, proveniente dos valores positivos dos Fluxos das Atividades Operacionais e negativos das Atividades de Investimento, considerando-se também o valor zerado de Caixa e Equivalente de Caixa Inicial, resultou no Caixa e Equivalente de Caixa Final nulo.

O Quadro de Receitas Derivadas e Originárias apresenta o valor total de R\$ 21.409.141,39.

O Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas apresenta o valor de R\$ 1.473.344,08 referente a Transferências Concedidas na rubrica Intragovernamentais.

O Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função apresenta o valor de R\$ 17.048.405,56 na Função Administração.

O Quadro de Juros e Encargos da Dívida não apresenta valores na data de encerramento do exercício.

3.6 - Variação do Patrimônio Líquido no Período

O patrimônio líquido da PGTC aumentou, passando de um resultado negativo de R\$100.370,10 (cem mil trezentos e setenta reais e dez centavos) em 2020, para um resultado negativo de R\$64.983,49 (sessenta e quatro mil novecentos e oitenta e três reais e quarenta e nove centavos) em 2021.

4. Outras Considerações

Realização de lançamento de Provisão para pagamento de honorários advocatícios de sucumbência em Mandado de Segurança, do Processo 0316405-38.2014.8.24.0023, com sentença proferida em 23/11/2020.

Data da última movimentação: 22/06/21 - Remetidos os Autos - Remessa Externa - FNS03FP -> TJSC.

Esta Provisão será convertida efetivamente em pagamento no final do Processo, com ação regressiva ao servidor que deu causa.

Ajustes de Exercícios Anteriores

Não houve movimentação na conta contábil de Ajustes de Exercícios Anteriores em 2021 na PGTC.
